



Demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

31 de dezembro de 2019

Nu Pagamentos S.A.

- 03 Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial**
- 07 Balanços patrimoniais consolidados**
- 09 Demonstrações do resultado consolidado**
- 10 Demonstrações dos fluxos de caixa**
- 11 Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**
- 12 Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial**



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

Aos Acionistas e Administradores da
Nu Pagamentos S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial da Nu Pagamentos S.A. (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (“BACEN”), descritos na nota explicativa nº 2 - Base de preparação das demonstrações financeiras.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial da Nu Pagamentos S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280/13 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfase - Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial**

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que divulgam que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial da Instituição foram elaboradas pela Administração da Instituição para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/13 do CMN e regulamentações complementares do BACEN. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

Outros assuntos***Demonstrações financeiras individuais***

A Instituição elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras individuais para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 31 de janeiro de 2020.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280/13, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 3, assim como pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280/13, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser



decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais - Auditoria de Demonstrações Financeiras de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais) exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de janeiro de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6

A handwritten signature in dark ink, reading 'Rodrigo Bassi'. The signature is written in a cursive style with a large initial 'R'.

Rodrigo Cruz Bassi Contador
CRC 1SP261156/O-7

Balanços patrimoniais consolidados do conglomerado prudencial em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	2019	2018
Total do ativo circulante		24.771.000	10.478.237
Disponibilidades	5	570.765	284.364
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	3.268.283	687.993
Aplicações no mercado aberto		3.251.145	687.993
Aplicações em depósitos interfinanceiros		17.138	-
Títulos e valores mobiliários e derivativos		9.629.531	2.960.980
Carteira própria	7	7.328.414	516.354
Vinculados à prestação de garantias	7	2.300.387	2.444.626
Instrumentos financeiros derivativos	8	730	-
Relações interfinanceiras		368	-
Pagamentos e recebimentos a liquidar		368	-
Operações de crédito	9	197.200	-
Operações de crédito		214.157	-
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa		(16.957)	-
Outros créditos		11.063.381	6.523.576
Valores a receber cartão de crédito	9	11.408.245	6.857.825
Rendas a receber	10	9.213	-
Negociação e intermediação de valores	10	212	-
Diversos	10	546.113	230.069
Provisão por outros créditos de liquidação duvidosa	9	(900.402)	(564.318)
Outros valores e bens		41.472	21.324
Despesas antecipadas		41.472	21.324
Total do realizável a longo prazo		1.135.861	214.060
Títulos e valores mobiliários	7	1.040	108
Vinculados à prestação de garantias		1.040	108
Operações de crédito	9	36.661	-
Operações de crédito		39.814	-
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa		(3.153)	-
Outros créditos		1.098.160	213.952
Valores a receber cartão de crédito	9	723.970	-
Diversos	10	376.182	213.952
Provisão por outros créditos de liquidação duvidosa	9	(1.992)	-
Total do permanente		37.214	27.827
Imobilizado de uso		32.739	25.876
Outras imobilizações de uso		44.848	31.676
Depreciações acumuladas		(12.109)	(5.800)
Intangível		4.475	1.951
Total ativo		25.944.075	10.720.124

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Balanços patrimoniais consolidados do conglomerado prudencial em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

PASSIVO	Nota	2019	2018
Total do passivo circulante		24.120.197	9.601.759
Depósitos	11	9.428.641	2.436.015
Depósitos a prazo		4.094.037	–
Outros depósitos		5.334.604	2.436.015
Recursos de aceites e emissão de títulos	12	1.306	–
Recursos de aceites cambiais		1.306	–
Relações interfinanceiras	13	11.971.391	6.482.201
Recebimentos e pagamentos a liquidar		11.971.391	6.482.201
Obrigações por empréstimos	14	137.770	195.237
Empréstimos no país		137.770	–
Empréstimos no exterior		–	195.237
Instrumentos financeiros derivativos		–	3
Outras obrigações		2.581.089	488.303
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	15	4.188	251
Fiscais e previdenciárias	15	56.175	87.391
Negociação e intermediação de valores	15	4.369	–
Obrigações por quotas de fundos de investimentos	15	684.866	250.758
Diversas	15	405.629	149.903
Dívidas subordinadas	16	1.425.862	–
Total do passivo exigível a longo prazo		736.778	1.212
Recursos de aceites e emissão de títulos	12	398.582	1.212
Recursos de aceites cambiais		87.994	1.212
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		310.588	–
Obrigações por empréstimos	14	249.424	–
Empréstimos no exterior		249.424	–
Outras obrigações	17	88.772	–
Instrumentos de dívida elegíveis a capital		88.772	–
Resultados de exercícios futuros		85.258	41.959
Patrimônio líquido	20	1.001.842	1.075.194
Capital social		1.557.410	1.368.171
Reservas de capital		104.275	86.197
Ajustes de avaliação patrimonial		(61)	–
Lucros ou prejuízos acumulados		(659.782)	(379.174)
Total do passivo e patrimônio líquido		25.944.075	10.720.124

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstrações do resultado consolidado do conglomerado prudencial Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019 e exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais, exceto o lucro (prejuízo) por ação)

		2019		2018
		2º Semestre	Exercício	Exercício (reapresentado)
Receitas da intermediação financeira	21	363.918	568.144	173.847
Operações de crédito		73.007	108.886	52.659
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		303.388	472.474	143.645
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(12.477)	(13.216)	(22.457)
Despesas da intermediação financeira		(494.276)	(878.191)	(584.220)
Operações de captação no mercado	22	(83.719)	(90.429)	(1)
Operações de empréstimos e repasses	22	(8.910)	(15.013)	(69.851)
Resultado de operações de câmbio	22	(3.064)	(5.630)	(27.450)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9	(398.583)	(767.119)	(486.918)
Resultado bruto da intermediação financeira		(130.358)	(310.047)	(410.373)
Outras receitas / despesas operacionais		(125.374)	(144.971)	293.777
Receitas de prestação de serviços	23	569.366	933.255	484.407
Rendas de tarifas bancárias	24	61.372	102.043	51.321
Despesas de pessoal	25	(214.320)	(364.473)	(186.198)
Outras despesas administrativas	26	(652.415)	(1.035.721)	(341.620)
Despesas tributárias	29	(115.701)	(192.727)	(98.917)
Outras receitas operacionais	27	632.553	1.113.482	641.607
Outras despesas operacionais	28	(406.229)	(700.830)	(256.823)
Resultado operacional		(255.732)	(455.018)	(116.596)
Resultado não operacional		578	1.207	290
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(255.154)	(453.811)	(116.306)
Imposto de renda e contribuição social	29	81.964	141.110	16.015
Provisão para imposto de renda		(3.381)	(11.248)	(33.764)
Provisão para contribuição social		(2.116)	(7.018)	(24.334)
Ativo fiscal diferido		87.461	159.376	74.113
Prejuízo líquido		(173.190)	(312.701)	(100.291)
Prejuízo por ação (em R\$)		(1,10)	(1,99)	(0,76)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido do conglomerado prudencial

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019 e exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de Capital	Ajustes de valor patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31/12/2017		587.050	52.060	-	(278.883)	360.227
Aumento de capital		781.121	-	-	-	781.121
Opção de ações outorgadas		-	34.137	-	-	34.137
Prejuízo do exercício		-	-	-	(100.291)	(100.291)
Saldo em 31/12/2018		1.368.171	86.197	-	(379.174)	1.075.194
Aumento de capital		189.239	-	-	-	189.239
Opção de ações outorgadas	12	-	50.171	-	-	50.171
Opção de ações exercidas		-	(32.093)	-	32.093	-
Ajustes de avaliação patrimonial - instrumentos financeiros derivativos (hedge accounting)		-	-	(61)	-	(61)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(312.701)	(312.701)
Saldo em 31/12/2019		1.557.410	104.275	(61)	(659.782)	1.001.842
Saldo em 30/06/2019		1.368.171	118.703	397	(518.685)	968.586
Aumento de capital		189.239	-	-	-	189.239
Opção de ações outorgadas	12	-	17.665	-	-	17.665
Opção de ações exercidas		-	(32.093)	-	32.093	-
Ajustes de avaliação patrimonial - instrumentos financeiros derivativos (hedge accounting)		-	-	(458)	-	(458)
Prejuízo do semestre		-	-	-	(173.190)	(173.190)
Saldo em 31/12/2019		1.557.410	104.275	(61)	(659.782)	1.001.842

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa consolidados do conglomerado prudencial Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019 e exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2019		2018
		2º Semestre	Exercício	Exercício
Prejuízo do semestre/exercício		(173.190)	(312.701)	(100.291)
Ajustes para prejuízo:				
Depreciação/amortização	26	3.892	7.088	3.912
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9	398.583	767.119	486.918
Resultado com tributos diferidos	29	(87.461)	(159.376)	(74.113)
Resultado de exercícios futuros		25.642	43.299	24.546
Provisão de contingências	18	259	29.129	35.821
Variação de valor justo de instrumentos financeiros ativos		(4.339)	(10.331)	-
Variação de valor justo de instrumentos financeiros passivos		5.210	8.620	-
Variação de valor justo de instrumentos financeiros derivativos	8	6.600	6.249	3
Juros de obrigações por quotas de fundos de investimentos		-	508	-
Juros de obrigações por empréstimos	14	1.196	2.693	65.054
Juros de recursos de aceites cambiais	12	2.947	5.080	-
Juros de recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	12	9.816	10.588	-
Juros de instrumentos de dívida elegíveis a capital		4.828	5.152	-
Opções de ações outorgadas	20	17.665	50.171	34.137
Outros ajustes		290	(163)	-
Resultado ajustado		211.938	453.125	475.987
(Aumento)/redução líquido de ativos:				
Títulos e valores mobiliários - negociação	7	(6.342.299)	(6.834.339)	(2.046.125)
Relações interfinanceiras	6	3.678	(368)	-
Operações de crédito	9	(207.054)	(253.971)	-
Outros créditos	10	(4.071.317)	(6.011.646)	(3.461.794)
Outros valores e bens		(8.878)	(20.148)	(17.564)
Aumento/(redução) líquido de passivos:				
Depósitos	11	4.211.229	6.992.626	2.360.889
Relações interfinanceiras	13	3.639.178	5.489.190	2.707.032
Outras obrigações	15	143.932	196.647	126.979
Dívidas subordinadas - RDB-V	16	1.425.862	1.425.862	-
Pagamento de Juros		(567)	(1.854)	(59.879)
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades operacionais		(994.298)	1.435.124	85.525
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Aumento de títulos e valores mobiliários, exceto para negociação	7	581.566	32.013	(177.146)
Aquisição de ativo imobilizado		(10.591)	(13.172)	(21.464)
Aquisição de ativo intangível		(2.704)	(3.143)	(1.845)
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades de investimento		568.271	15.698	(200.455)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Aumento de capital	20	189.239	189.239	781.122
Aumento de obrigações por quotas de fundos de investimentos		-	500.000	-
Pagamento de obrigações por quotas de fundos de investimentos		(66.400)	(66.400)	-
Aumento de instrumentos de dívida elegíveis a capital	17	890	75.000	-
Aumento de recursos de aceites e emissão de títulos	12	2.274	83.008	1.212
Aumento de recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	12	-	300.000	-
Aumento de obrigações por empréstimos	14	349.499	499.499	228.787
Pagamento de principal de obrigações por empréstimos	14	(102.500)	(308.381)	(191.485)
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades de financiamento		373.002	1.271.965	819.636
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	31	4.145.875	1.370.063	665.357
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	31	4.092.850	4.092.850	1.370.063
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	31	(53.025)	2.722.787	704.706

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Nu Pagamentos S.A. ("Companhia" ou "Nubank") é constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada no Brasil, com sede na Rua Capote Valente, 39, Pinheiros - São Paulo - SP - Brasil. O conglomerado prudencial é composto pela Nu Pagamentos e suas controladas, aqui denominadas Nubank ou Companhia.

A Nu Pagamentos tem por objeto as atividades de emissão e administração de cartões de créditos, a transferência de pagamentos pós-pagos e a gestão de contas de pagamento pré-pago, assim como a participação em outras sociedades na qualidade de sócia ou acionista. O Nubank possui como principais produtos: (i) o cartão de crédito internacional com a bandeira Mastercard, controlado através de aplicativo para *smartphones*, e que possui o programa de pontos Nubank Rewards e (ii) a NuConta, uma conta de pagamento 100% digital, sem tarifas, com remuneração de 100% da taxa DI e que possui a maioria das funções de um banco tradicional: transferências entre NuContas e TEDs para todos os bancos, pagamento de boletos, saques através da rede de caixas eletrônicos 24 horas, recarga de celular e função débito.

A Nu Pagamentos possui entre suas controladas a Nu Financeira S.A. - SCFI ("Nu Financeira"). A Nu Financeira tem por objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes à carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.

A Nu Pagamentos foi constituída em 15 de maio de 2013, iniciando suas operações com o público em geral em setembro de 2014. Dada a natureza do negócio, há um investimento inicial na análise de novos clientes, bem como na produção e envio dos cartões. Apenas após um período de uso, tais clientes passarão a ser rentáveis para a Companhia.

O plano de negócio do Nubank prevê que o crescimento no volume transacionado dos cartões já emitidos, bem como novos cartões, juntamente com o crescimento previsto no volume de operações de crédito direto ao consumidor (CDC) pela Nu Financeira aos clientes portadores de contas pagamento (NuConta) da Nu Pagamentos e/ou novos produtos resultarão em geração de lucros no futuro. Dessa maneira, as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia.

Em 18 de maio de 2017, a Nu Pagamentos foi aprovada como instituição de pagamentos na modalidade de emissor de instrumentos de pagamento pós-pago e, em 19 de julho de 2019, foi autorizado para prestar serviços de pagamento relativo à modalidade de moeda eletrônica, pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"). Em 21 de novembro de 2018, a Nu Financeira foi autorizada a operar na forma de Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento, pelo BACEN.

2. Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial foram elaboradas para cumprir os requisitos da resolução nº 4.280/13, do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e observando as regras contábeis definidas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - "COSIF", conforme disposto na circular nº 3.833/17 do BACEN, e demais regulamentações complementares do BACEN. Dessa maneira, foram observados requisitos específicos para a consolidação das demonstrações financeiras do Nubank e suas controladas e fundos de investimentos que não necessariamente são os mesmos estabelecidos pela legislação societária.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base no princípio da continuidade, usando a convenção de custo histórico, com exceção de certos ativos e passivos financeiros que foram mensurados pelo valor justo. Todas as informações relevantes nas demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na condução dos negócios da Companhia.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pela administração em 31 de janeiro de 2020.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com valores a receber de operações de cartão de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros; e a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas.

Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

Reapresentação das demonstrações do resultado consolidado

A atualização decorreu de uma revisão interna do formato usado pela Companhia para reportar seus resultados, devido ao fato de a administração acreditar que o novo formato, focado na operação financeira, fornece informações mais relevantes sobre os negócios da Companhia e de suas subsidiárias para os usuários de suas demonstrações financeiras. As principais reclassificações foram para demonstrar:

- Os valores anteriormente classificados como receitas e despesas financeiras foram substancialmente reclassificados para as linhas de receitas de intermediação financeira, despesas de intermediação financeira, outras receitas operacionais e outras despesas operacionais; e
- Os valores anteriormente classificados como custos dos serviços prestados foram substancialmente reclassificados para outras despesas administrativas e outras despesas operacionais

Não houve mudança no lucro (prejuízo) líquido do período.

Devido a este fato, a Companhia reapresentou as Demonstrações do Resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 anteriormente divulgados, os quais seguiam o modelo de demonstração de resultado para empresas não financeiras, segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC), modelo facultado pela circular nº 3.833 de 2017 do BACEN. A tabela abaixo sumariza os impactos nas demonstrações financeiras consolidadas:

	31/12/2018	Reclassificações	31/12/2018
	(Originalmente		(Reapresentado)
	apresentado)		
Receitas da intermediação financeira	-	173.847	173.847
Despesas da intermediação financeira	-	(584.220)	(584.220)
Resultado bruto da intermediação financeira	-	(410.373)	(410.373)
Receita operacional	470.916	(470.916)	-
Custo dos serviços prestados	(391.530)	391.530	-
Lucro Bruto	79.386	(79.386)	-
Outras receitas / despesas operacionais	(734.052)	1.027.829	293.777
Receitas de prestação de serviços	-	484.407	484.407
Rendas de tarifas bancárias	-	51.321	51.321
Despesas de pessoal	(186.198)	-	(186.198)
Outras despesas administrativas	(91.924)	(249.696)	(341.620)
Despesas tributárias	-	(98.917)	(98.917)
Outras receitas operacionais	52.922	588.685	641.607
Outras despesas operacionais	(21.934)	(234.889)	(256.823)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(486.918)	486.918	-
Resultado operacional	(654.666)	538.070	(116.596)
Receitas financeiras	762.249	(762.249)	-
Despesas financeiras	(223.889)	223.889	-
Resultado não operacional	-	290	290
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	(116.306)	-	(116.306)
Imposto de renda e contribuição social	16.015	-	16.015
Lucro líquido (prejuízo)	(100.291)	-	(100.291)

3. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos contábeis da Nu Pagamentos e todas as suas subsidiárias. O controle é alcançado onde a Companhia (i) possui poder sobre a investida; (ii) está exposta, ou possui direitos, a retornos variáveis do seu envolvimento com a investida; e (iii) tem a capacidade de usar seu poder para afetar seus retornos. As demonstrações financeiras das controladas foram elaboradas no mesmo período da Companhia e aplicando políticas contábeis consistentes.

A Companhia reavalia se controla ou não uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há alterações em um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém controle sobre a controlada e cessa quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Os ativos, passivos, receitas e despesas de uma subsidiária adquirida ou alienada durante o período são incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data em que a Companhia assume o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a subsidiária.

O lucro ou prejuízo e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos ao patrimônio líquido da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes nas demonstrações financeiras das subsidiárias para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as subsidiárias listadas abaixo:

Entidade	Controle	País	2019	2018
Nu Payments, LLC (i)	Direto	EUA	100%	100%
Nu Investimentos Ltda. (ii)	Direto	Brasil	100%	100%
Nu Financeira S.A. - SCFI (iii)	Direto	Brasil	100%	100%

(i) Nu Payments, LLC: Sociedade limitada, subsidiária direta da Companhia, constituída de acordo com a Lei das Sociedades Limitadas de Delaware nos Estados Unidos da América;

(ii) Nu Investimentos Ltda.: Sociedade limitada, subsidiária direta da Companhia, constituída de acordo com a Lei das Sociedades Limitadas em 3 de janeiro de 2018; e

(iii) Nu Financeira S.A. - SCFI: Instituição financeira autorizada pelo BACEN, subsidiária direta da Instituição, constituída de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN, em 28 de fevereiro de 2018.

Adicionalmente, foram consolidados os fundos de investimento em que o Nubank assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios, a saber:

Fundo	País
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NU	Brasil
Nu Fundo de Investimento Renda Fixa	Brasil

Os saldos e transações com partes relacionadas e quaisquer receitas e despesas não realizadas decorrentes de transações com partes relacionadas são eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados decorrentes de transações com investidas registradas em ações são eliminados contra o investimento na medida do interesse da Companhia na investida. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira que os ganhos não realizados, mas apenas na medida em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as entidades consolidadas.

4. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente durante os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras consolidadas.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem (i) depósitos bancários em moeda nacional e estrangeira e investimentos de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais em até 90 dias, conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e utilizados na gestão de caixa dos compromissos de curto prazo e não para propósitos de investimentos e financiamento; (ii) saldos com bancos centrais que fazem parte das atividades de gerenciamento de liquidez da Companhia; e (iii) saldos mínimos de caixa mantidos para fins regulatórios mantidos com agências governamentais reguladoras.

b. Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábil:

(i) Títulos para negociação

Adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos

auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento

Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado.

(iii) Títulos disponíveis para venda

Títulos que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

c. Instrumentos financeiros derivativos

Derivativos são contratos ou acordos cujo valor é derivado de um ou mais índices subjacentes ou ativos referenciados no contrato ou acordo, que exigem nenhum ou pouco investimento líquido inicial e são liquidados em uma data futura. As transações são realizadas em *swaps* e futuros de taxa de juros, câmbio e outros índices relacionados.

Os derivativos são mantidos para fins de gerenciamento de risco e são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como estando em uma relação contábil de *hedge*. Os derivativos são reconhecidos a custo inicialmente, na data em que um contrato de derivativo é celebrado, e são subsequentemente mensurados pelo seu valor justo. Os valores justos dos derivativos negociados em bolsa são obtidos a partir da cotação dos preços de mercado. Os valores justos dos derivativos de balcão são estimados usando técnicas de *valuation*, incluindo fluxo de caixa descontado e modelos de precificação de opções.

Todos os derivativos são contabilizados como ativos quando seu valor justo é positivo e como passivos quando seu valor justo é negativo, exceto quando a compensação pelo valor líquido é permitida. O método de reconhecimento dos ganhos e perdas do justo valor depende se os derivativos são mantidos para negociação ou designados como instrumentos de *hedge*. Os ganhos e perdas de variações no valor justo de derivativos mantidos para negociação são reconhecidos nas demonstrações do resultado.

d. Hedge accounting

A Companhia aplica contabilidade de *hedge* para representar os efeitos econômicos de suas estratégias de gerenciamento de risco conforme a circular nº 3.082/02 do BACEN. No momento em que um instrumento financeiro é designado como *hedge* (ou seja, no início do *hedge*), a Companhia documenta formalmente a relação entre o(s) instrumento(s) de *hedge* e o(s) item(s) coberto(s), seu objetivo de gerenciamento de risco e estratégia para realizar o *hedge*. A documentação inclui a identificação de cada instrumento de cobertura e respectivo item coberto, a natureza do risco coberto e a forma de avaliação da eficácia do instrumento de *hedge* na compensação da exposição a alteração no valor do item coberto.

Dessa forma, a Companhia avalia formalmente, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, se os derivativos de *hedge* foram e serão altamente eficazes na compensação de mudanças no valor justo atribuíveis ao risco protegido durante o período em que a proteção é realizada. Um *hedge* é normalmente considerado altamente eficaz se, no início e ao longo de sua vida, a Companhia pode esperar, e os resultados reais indicarem, que mudanças no valor justo ou no fluxo de caixa dos itens protegidos são efetivamente compensadas por mudanças no valor justo ou no resultado. Se em qualquer momento se concluir que não é mais altamente eficaz para alcançar seu objetivo documentado, a contabilidade de *hedge* é descontinuada.

Quando os derivativos são mantidos para fins de gestão de risco, e quando as transações atendem aos critérios exigidos para documentação e efetividade do *hedge*, os derivativos podem ser designados como: (i) *hedge* da mudança no valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou compromissos firmes (*hedge* de risco de mercado); (ii) *hedge* da variabilidade nos fluxos de caixa futuros altamente prováveis atribuíveis a um ativo ou passivo reconhecido, ou uma transação prevista (*hedge* de fluxo de caixa); ou (iii) *hedge* de investimento líquido em uma operação no exterior (*hedge* de investimento líquido em operações no exterior). A Companhia aplica contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa e de risco de mercado.

Contabilização do hedge de fluxo de caixa

A parcela efetiva das variações no valor justo dos *hedges* de fluxo de caixa qualificados é reconhecida em outros resultados abrangentes na reserva de *hedge* de fluxo de caixa. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado. Os valores acumulados no patrimônio são reclassificados para o resultado nos períodos em que o item objeto de *hedge* afeta o resultado. Quando um instrumento de *hedge* expira ou é vendido, ou quando um *hedge* não mais atende aos critérios de contabilização de *hedge*, qualquer ganho ou perda acumulado existente no patrimônio naquela data permanecem no patrimônio e é reconhecido na demonstração do resultado quando a transação prevista é reconhecida na demonstração de resultados. Quando não é mais esperado que uma transação prevista ocorra, o ganho ou a perda cumulativa que foi relatado no patrimônio líquido é imediatamente transferido para o resultado. A Companhia está exposta ao risco cambial sobre as transações previstas, principalmente despesas relacionadas a custos de serviços e despesas administrativas.

Contabilidade de hedge de risco de mercado

As variações no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de risco de mercado são registradas na demonstração do resultado, juntamente com as mudanças no valor justo do ativo ou passivo objeto do *hedge* que seja atribuível ao risco coberto. Quando o item protegido é mensurado ao custo amortizado, o valor justo é reconhecido alterando o valor contábil do ativo ou passivo coberto. As variações no valor justo dos itens protegidos são reconhecidas na demonstração do resultado como receita líquida de negociação e outras receitas. Se a cobertura deixar de cumprir os critérios, as mudanças no justo valor do item coberto atribuíveis ao risco coberto deixarão de ser reconhecidas na demonstração de resultados.

e. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Perdas por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros não avaliados pelo valor justo são reconhecidas imediatamente quando há evidência objetiva de perda e o valor contábil desses ativos é reduzido com o uso de provisões. Provisões para redução ao valor recuperável de ativos financeiros não avaliados ao valor justo são avaliadas e calculadas individualmente e são reconhecidas na demonstração do resultado.

f. Operações de crédito, cartão de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

Aplicável para as operações sujeitas ao Risco de Crédito, conforme definido em política interna, a provisão é definida como o valor necessário para cobrir os custos relativos ao risco de crédito, seja ele proveniente do não cumprimento, pela contraparte, de suas obrigações financeiras, desvalorização e/ou redução nas remunerações em detrimento da qualidade creditícia do tomador de crédito.

A instituição observa e respeita as diretrizes estabelecidas pela resolução nº 2.682/99 do CMN, dispondo dos critérios necessários para classificação das operações de crédito e de operações de créditos de liquidação duvidosa (PCLD) mínima requerida. Ainda, para a constituição da provisão complementar à mínima requerida, em seu cálculo deve ser refletida a expectativa de perdas futuras da instituição, levando em consideração as diretrizes da resolução nº 4.557/17 do CMN.

As operações de crédito são classificadas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (100% provisionado). As operações classificadas como nível de risco H são transferida para conta de compensação, com o correspondente débito em provisão, após decorridos seis meses da sua classificação nesse nível de risco. Quanto às operações renegociadas, essas: são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes de sua repactuação; aquelas já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

Metodologia Interna

A metodologia interna para cálculo da PCLD é baseada na expectativa de perdas da carteira de crédito em nível agregado, de acordo com as diretrizes estabelecidas nas resoluções nº 2.682/99 e 4.557/17 do CMN. Essa expectativa de perda para cada operação de crédito é função da sua faixa de risco, determinada a partir de modelos internos, bem como do seu estágio de atraso, tempo contratual ao qual estará exposto ao risco de crédito, e quando aplicável, o ambiente macroeconômico e alterações previstas no curto e longo prazo. Para o cálculo da perda, são considerados: probabilidade de que a exposição seja caracterizada como ativo problemático, a exposição no momento da inadimplência, bem como a expectativa de recuperações de créditos vencidos. O valor da PCLD é contabilizado de acordo com o resultado obtido pelo modelo interno e comparado com o valor da PCLD mínima

requerida pela resolução nº 2.682/99 do CMN, não podendo, em nível agregado, o valor apurado pelo modelo interno ser inferior ao mínimo requerido pela resolução nº 2.682/99 do CMN.

A Companhia conta com fóruns que deliberam a respeito da qualidade dos modelos de perda esperada, bem como sobre as alterações relevantes nas estimativas consideradas no cálculo do modelo interno. Tais modelos estão sujeitos a avaliação técnica independente das áreas de Validação de Modelos, Risco Operacional, Controles Internos e Auditoria.

g. Cessões de crédito

A Companhia realiza captações através de cessões de créditos lastreados em recebíveis de cartão de crédito. Estas cessões foram contabilizadas de acordo com a resolução nº 3.533/08 do CMN, que trata de operações cedidas sem coobrigação e operações cedidas com retenção substancial ou parcial de riscos e benefícios, as quais devem ser mantidas na carteira do cedente em contrapartida de obrigações por operações de venda ou transferência de ativos financeiros, bem como a provisão para créditos de liquidação duvidosa deverá ser contabilizada de acordo com a resolução nº 2.682/99 CMN e o resultado deverá ser reconhecido de acordo com o prazo do contrato.

Como a Companhia reteve substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos subjacentes, esses instrumentos financeiros continuam a ser reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas e um passivo reconhecido pelo produto da operação de financiamento.

h. Despesas antecipadas

As despesas pagas antecipadamente estão relacionadas a serviços ou produtos pagos antecipadamente nos quais os direitos e benefícios ou serviços ocorrerão nos períodos futuros e, portanto, o valor é amortizado ao longo do tempo na demonstração do resultado.

i. Imobilizado de uso e intangível

O imobilizado de uso é mensurado pelo custo histórico, deduzido da depreciação acumulada. O custo inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição do ativo e depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear com base na vida útil econômica dos itens, que é revisada anualmente e ajustada prospectivamente, se apropriado.

Os ativos intangíveis, incluindo software e outros ativos, são reconhecidos se advirem de direitos contratuais ou outros direitos legais ou se puderem ser separados ou divididos da Companhia e vendidos, transferidos, licenciados, alugados ou trocados. O valor desses ativos intangíveis é amortizado linearmente durante sua vida útil econômica.

A vida útil dos itens do imobilizado e intangível é a seguinte:

Móveis e utensílios	<u>10 anos</u>
Equipamentos de informática	<u>5 anos</u>
Intangível	<u>5 anos</u>

Os valores gastos com benfeitoria em imóveis de terceiros são amortizados de acordo com o prazo do contrato de aluguel do imóvel.

j. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Na data de cada balanço, ou mais frequentemente quando ditam os eventos ou mudanças nas circunstâncias, o imobilizado e os ativos intangíveis são avaliados quando há indicativos de redução do valor recuperável. Se houver indicativos, esses ativos estão sujeitos a uma revisão do valor recuperável.

A revisão do valor recuperável compreende uma comparação do valor contábil do ativo ou da unidade geradora de caixa com o seu valor recuperável: o maior entre o valor justo do ativo ou da unidade geradora de caixa menos custos de venda e seu valor em uso. A unidade geradora de caixa representa o nível mais baixo no qual os ativos não financeiros, incluindo o ágio, se existentes, são monitorados para fins de gerenciamento interno e não são maiores que um segmento operacional.

O valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. O valor em uso é calculado descontando-se os fluxos de caixa futuros esperados pela administração, obtidos como resultado do uso continuado do ativo, incluindo aqueles resultantes de sua alienação final, a uma taxa de desconto baseada no mercado e antes dos impostos.

Os valores contábeis do ativo imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis devem ser reduzidos pelo valor de qualquer redução ao valor recuperável e a perda é reconhecida na demonstração do resultado no período em que ocorre. Uma perda por redução ao valor recuperável anteriormente reconhecida, relativa ao ativo imobilizado, pode ser revertida parcial ou totalmente quando uma mudança nas circunstâncias leva a uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor

recuperável do ativo imobilizado. O valor contábil do imobilizado somente será aumentado até o valor que teria sido se a redução ao valor recuperável original não fosse reconhecida.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, nenhum ajuste no valor recuperável para ativos não financeiros foi registrado nas demonstrações financeiras consolidadas.

k. Depósitos

Depósitos a prazo

Em junho de 2019, foi lançado o Recibo de Depósito Bancário ("RDB") da Nu Financeira, como uma nova opção de aplicação na NuConta. Os valores aplicados em RDB do Nubank podem ser usados como fonte de financiamento para as operações da Companhia.

A atualização dos depósitos pela taxa contratada é reconhecida pelo método da taxa efetiva de juros.

Outros depósitos

Correspondem aos valores de depósitos realizados por clientes na NuConta, que faz parte da modalidade de conta de pagamento pré-paga cuja remuneração é de 100% da taxa DI e é reconhecida pelo método da taxa efetiva de juros.

l. Relações interfinanceiras

Correspondem a valores a pagar à bandeira Mastercard relativos às operações de cartões de crédito e estão registradas pelo valor de liquidação.

m. Obrigações por empréstimos e repasses

Correspondem a empréstimos captados com terceiros, reconhecidos inicialmente pelo custo e atualizados de acordo com a taxa efetiva de juros.

n. Recursos de aceites e emissão de títulos, Instrumentos de dívida elegíveis a capital e outras dívidas subordinadas

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis atualizados até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata die. Certas dívidas subordinadas representam operações vinculadas caracterizadas pela captação de recursos de terceiros por instituições financeiras (operação passiva) para a execução específica de determinada operação ativa, ficando a exigibilidade da operação passiva pelo depositante condicionada ao recebimento do respectivo crédito na operação ativa.

o. Resultado de exercícios futuros

Entende-se como rendas antecipadas as receitas de exercícios futuros correspondentes a um acréscimo no ativo da entidade que ocorreu antes do cumprimento da obrigação contratual (prestação de serviço), sobre os quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva dependente apenas da fluência do prazo.

A Companhia possui um programa de recompensa para seus clientes de cartão de crédito chamado "Nubank Rewards". O plano consiste no acúmulo de pontos de acordo com a utilização do cartão de crédito na proporção de R\$ 1,00 (um Real) igual a 1 ponto. O número de pontos gerados pode ser maior para transações com algumas empresas parceiras ou para transações que atendem às pré-condições do Nubank. Os pontos não expiram e não há limite para a quantidade de recompensas que um membro elegível do cartão pode ganhar. O resgate dos pontos é realizado mediante a compensação dos pontos com compras feitas pelo usuário em várias categorias de despesas, como passagens aéreas, hotéis, serviços de transporte e música.

O valor financeiro estimado desses pontos inicialmente reduz a receita de intercâmbio e é apresentado como passivo diferido. A receita é registrada quando os pontos são resgatados pelos clientes.

p. Ativos e passivos contingentes

Ativos e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, exceto quando a administração da Companhia acredita que sua realização é praticamente certa, o que geralmente corresponde a processos com decisões favoráveis, em julgamentos finais e inapeláveis, finalização de processos em decorrência de liquidação por pagamento ou como resultado de um acordo para compensar um passivo existente.

Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos administrativos e ações judiciais, inerentes ao curso normal dos negócios. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da administração, levando em consideração a opinião de consultores jurídicos quando for provável que sejam necessários recursos financeiros para liquidar as obrigações e cujo valor possa ser estimado com razoável segurança.

Os passivos para contingências são classificados de acordo com sua probabilidade de perda como:

- **Provável:** os passivos são reconhecidos no balanço patrimonial;
- **Possível:** divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas, mas para as quais nenhuma provisão é reconhecida; e
- **Remoto:** não requerem provisão e nem divulgação.

O valor dos depósitos judiciais é ajustado de acordo com a legislação vigente.

q. Plano de opção de compra de ações

A Companhia mantém um plano de incentivo de longo prazo, estruturado por meio de outorgas de opções de compra de ações, no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Nu Holdings Ltd. ("Holding") \otimes *stock option* (\otimes Plano de Opção \otimes) que é classificado como pagamento baseado em ações liquidadas pela entrega de instrumentos patrimoniais.

O objetivo é conceder, aos colaboradores da Companhia, a oportunidade de se tornarem acionistas da Holding, obtendo, em consequência, um maior alinhamento dos seus interesses com os interesses dos acionistas, bem como possibilitar à Companhia atrair e manter vinculados a ela administradores e empregados.

A despesa com a remuneração das opções de compra de ações do Plano de Opção é baseada no valor justo das opções na data da concessão, que é estimada usando o modelo Black-Scholes de precificação de opção. Julgamento significativo é requerido ao determinar as entradas no modelo de valor justo. O valor justo das ações e opções de ações concedidas, calculado na data de cada outorga, é reconhecido como uma despesa no período em que as ações e as opções de ações são negociadas (durante as quais condições específicas de aquisição e eventos importantes devem ser atendidos). O valor justo das opções não é revisado posteriormente à data de outorga.

Ao final de cada período de relatório, a Companhia revisa sua estimativa do número de ações e opções de ações que serão adquiridas com base nas condições estabelecidas. A Companhia reconhece o impacto da revisão das estimativas originais, se houver, na rubrica de despesa com pessoal na demonstração do resultado e na reserva de capital no patrimônio líquido.

r. Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando do pagamento e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real e da base de cálculo da CSLL do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, fundamentados através dos estudos técnicos realizadas pela administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre lucro tributável excedente de R\$ 240 (duzentos e quarenta mil reais). Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

s. Lucro por ação

O lucro por ação da Companhia é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número de ações ordinárias e preferenciais totais no final do exercício.

5. Disponibilidades

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa	152	27
Banco - conta movimento	499.341	220.598
Outras reservas livres	61.919	50.214
Disponibilidade em moeda estrangeira	9.353	13.525
Total	570.765	284.364

6. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2019		2018
	0 - 30	Total	Total
Aplicações no mercado aberto			
Posição bancada	3.251.145	3.251.145	687.993
Notas do Tesouro Nacional - NTN (i)	2.773.994	2.773.994	687.993
Letras do Tesouro Nacional - LTN	42.158	42.158	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (ii)	434.993	434.993	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	17.138	17.138	-
Total	3.268.283	3.268.283	687.993

(i) Inclui R\$ 377.999 (2018 - R\$ 394.000) referente a títulos que estão vinculados à saldos em conta pré-paga.

(ii) Saldos vinculados à conta pré-paga.

7. Títulos e valores mobiliários

	2019	2018
Carteira própria	7.328.414	516.354
Vinculados à prestação de garantias	2.301.427	2.444.734
Total	9.629.841	2.961.088
Curto prazo	9.628.801	2.960.980
Longo prazo	1.040	108

Em 2019, em função da criação de novos grupos contábeis, os saldos referentes a garantias dadas em conta pré-paga passaram a serem apresentados no grupo contábil de carteira própria (R\$ 5.149.446) enquanto em 2018 (R\$2.099.268) foram apresentados no grupo vinculados à prestação de garantias.

Concentração por tipo, classificação e prazo de vencimento contratual

	2019					2018
	Custo	Valor de Mercado	Sem Vencimento	Abaixo de 365	Acima de 365	Valor de Mercado
Para negociação	9.215.880	9.223.113	-	1.264.893	7.958.220	2.522.347
Disponível para venda	406.728	406.728	405.688	-	1.040	438.403
Mantidos até o vencimento	-	-	-	-	-	338
Total	9.622.608	9.629.841	405.688	1.264.893	7.959.260	2.961.088

Para negociação

	2019				2018
	Custo	Valor de Mercado	Abaixo de 365	Acima de 365	Valor de Mercado
Carteira própria	7.272.226	7.278.870	1.224.575	6.054.295	422.664
Títulos públicos - Brasil	7.018.424	7.025.068	970.773	6.054.295	24.958
Letras Financeiras do Tesouro	5.021.714	5.021.246	970.773	4.050.474	11.051
Letras do Tesouro Nacional	1.994.651	2.001.701	-	2.001.700	13.907
Notas do Tesouro Nacional	2.059	2.121	-	2.121	-
Títulos privados	253.802	253.802	253.802	-	397.706
Certificados de depósitos bancários (i)	253.802	253.802	253.802	-	143.464
Letras de arrendamento mercantil	-	-	-	-	254.242
Vinculados a prestação de garantias	1.943.654	1.944.243	40.318	1.903.925	2.099.683
Títulos públicos - Brasil	308.674	309.322	38.582	270.740	2.099.268
Letras Financeiras do Tesouro	120.657	120.643	38.582	82.061	2.099.268
Letras do Tesouro Nacional	188.013	188.675	-	188.675	-
Notas do Tesouro Nacional	4	4	-	4	-
Títulos públicos - Brasil vinculados ao RDBV	1.633.244	1.633.185	-	1.633.185	-
Letras Financeiras do Tesouro	1.633.244	1.633.185	-	1.633.185	-
Títulos privados	1.736	1.736	1.736	-	415
Recibos de depósitos bancários (i)	-	-	-	-	415
Certificados de depósitos bancários (i)	1.736	1.736	1.736	-	-
Letras de câmbio	-	-	-	-	-
Total	9.215.880	9.223.113	1.264.893	7.958.220	2.522.347

(i) Referem-se a certificados de depósitos bancários (CDB) e recibos de depósitos bancários (RDB) pós fixados. A administração da Companhia concluiu que o custo (preço de aquisição), acrescido dos ajustes diários de rentabilidade desses instrumentos, é considerado a melhor estimativa de valor de mercado.

Disponível para venda

	2019				2018
	Custo	Valor de Mercado	Sem Vencimento	Acima de 365	Valor de Mercado
Carteira própria	49.544	49.544	49.544	-	93.690
Cotas de fundos de investimento (i)	49.544	49.544	49.544	-	93.690
Vinculados a prestação de garantias	357.184	357.184	356.144	1.040	344.713
Cotas de fundos de investimento (ii)	343.427	343.427	343.427	-	332.739
Títulos privados	1.040	1.040	-	1.040	-
Títulos no exterior	12.717	12.717	12.717	-	11.974
Total	406.728	406.728	405.688	1.040	438.403

(i) Refere-se à aplicação em cotas de fundo de investimento que investe principalmente em títulos soberano brasileiros não exclusivo com rendimento de 97% do CDI. O valor de mercado dessa aplicação é apurado com base no valor da cota divulgado pelos administradores do fundo.

(ii) Refere-se às aplicações em cotas de fundos de investimento não exclusivos. O valor de mercado dessas aplicações é apurado com base no valor da cota divulgado pelos administradores dos fundos.

8. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está autorizada a executar transações com instrumentos financeiros derivativos, que se destinam a atender às suas próprias necessidades, a fim de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e juros. A administração desses riscos é realizada através da determinação de limites e estabelecimento de estratégias operacionais.

	2019			2018		
	Valor de mercado			Valor de mercado		
	Nocional	Ativo	Passivo	Nocional	Ativo	Passivo
Derivativos mantidos para negociação	4.960.219	374	(6.908)	-	-	(3)
Futuro de juros	4.666.781	374	(5.345)	-	-	(3)
Futuro de moeda estrangeira	293.438	-	(1.563)	-	-	-
Derivativos em hedge	316.085	809	(1.318)	-	-	-
Designado em hedge de fluxo de caixa	215.402	-	(1.116)	-	-	-
Futuro de moeda estrangeira	215.402	-	(1.116)	-	-	-
Designado em hedge de risco de mercado	100.683	809	(202)	-	-	-
Futuro de juros	47.583	79	(202)	-	-	-
Swap de juros	53.100	730	-	-	-	-
Total	5.276.304	1.183	(8.226)	-	-	(3)

Análise dos derivativos designados como hedge

Hedge de risco cambial

A Companhia está exposta ao risco de moeda estrangeira em transações previstas, principalmente despesas relacionadas a custos de serviços e despesas administrativas. A Companhia administra sua exposição à variabilidade nos fluxos de caixa de transações previstas em moeda estrangeira em relação à movimentação em moeda estrangeira, entrando em contratos de câmbio (futuros de câmbio). Esses instrumentos são celebrados de acordo com o perfil de fluxo de caixa da transação estimada. A eficácia é avaliada mensalmente, analisando os termos críticos. Os termos críticos do instrumento de cobertura e o montante da transação prevista coberta podem ser considerados os mesmos, porque os valores nocionais e subjacentes do instrumento de cobertura e da transação prevista coberta são significativamente os mesmos e as despesas previstas deverão ocorrer no mesmo mês que a data de vencimento do instrumento de *hedge*. Portanto, espera-se que a cobertura seja perfeitamente eficaz. Avaliações subsequentes da efetividade serão realizadas verificando e documentando se os termos críticos do instrumento de *hedge* e a transação prevista coberta mudaram durante o período em análise e se continuam prováveis. Se não houver tais mudanças em termos críticos, a Companhia continuará a concluir que a relação de cobertura é perfeitamente eficaz.

Inefetividade é esperada em função de diferenças em relação ao valor e período em que as transações previstas ocorrem e o derivativos contratados.

	2019		2018
	2º semestre	Exercício	Exercício
Mudanças no valor justo dos instrumentos de <i>hedge</i> para calcular a ineficácia do <i>hedge</i>	-	-	-
Alterações no valor do instrumento de cobertura reconhecido em OCI	4.176	5.971	-
Valor reclassificado de reserva de <i>hedge</i> de fluxo de caixa para o resultado	(4.940)	(6.072)	-
Inefetividade da cobertura reconhecida no resultado	-	-	-

Em 31 de Dezembro de 2019 a companhia possuía o valor de R\$101, referente aos valores a pagar dos contratos de futuro de moeda estrangeira, que serão reconhecidos no resultado do exercício de 2020.

Hedge de taxa de juros

A Companhia acessa o mercado para obter financiamento, emitindo dívida de taxa fixa. O componente de risco da taxa de juros é a mudança na taxa. A eficácia é avaliada comparando as variações no valor justo da dívida, excluindo a variação devido ao risco de crédito da Companhia, devido a mudança na taxa de juros com a exposição ativa do derivativo de taxa de juros. A diferença entre as mudanças nos valores justos é considerada inefetividade.

	2019		2018
	2º semestre	Exercício	Exercício
Mudança na exposição ativa do instrumento de cobertura - taxa de juros	6.459	8.993	-
Mudança no valor justo da letra financeira subordinada	(4.887)	(8.620)	-
Inefetividade	1.572	373	-

9. Operações de crédito e provisão para perdas

a. Composição das operações de crédito e cartão de crédito

	2019		2018	
	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
Operações de crédito	253.971	(20.110)	-	-
Operações com cartão de crédito	12.132.215	(902.394)	6.857.825	(564.318)
Total	12.386.186	(922.504)	6.857.825	(564.318)
Curto prazo	12.342.485	(917.359)	6.857.825	(564.318)
Longo prazo	43.701	(5.145)	-	-

As tabelas abaixo apresentam as operações de crédito somando todas as parcelas de uma operação de acordo com o nível de risco mais elevado por dias de atraso.

b. Composição das operações de crédito e cartão de crédito a receber por vencimento

	2019	2018
Curso Normal	11.568.033	6.383.190
Parcelas vencidas	111.215	62.150
Até 14 dias	111.215	62.150
Parcelas a vencer	11.456.818	6.321.040
até 3 meses	9.016.967	5.717.484
3 a 6 meses	1.632.432	551.178
6 a 12 meses	767.556	51.519
acima de 12 meses	39.863	859
Curso Anormal	818.153	474.635
Parcelas vencidas	653.698	398.916
Acima de 14 dias	653.698	398.916
Parcelas a vencer	164.455	75.719
até 3 meses	100.558	67.483
3 a 6 meses	35.374	5.757
6 a 12 meses	24.685	2.387
acima de 12 meses	3.838	92
Total	12.386.186	6.857.825

c. Classificação das operações de crédito e cartão de crédito por níveis de risco resolução nº 2.682/99 do CMN

Nível	2019			2018		
	Curso Normal	Curso Anormal	Total	Curso Normal	Curso Anormal	Total
A	11.427.616	-	11.427.616	6.282.941	-	6.282.941
B	73.806	86.635	160.441	51.089	48.822	99.911
C	52.245	104.519	156.764	35.497	57.559	93.056
D	6.660	84.779	91.439	4.439	48.773	53.212
E	2.638	76.898	79.536	1.972	43.685	45.657
F	197	68.487	68.684	99	37.303	37.402
G	21	60.552	60.573	12	36.746	36.758
H	4.850	336.283	341.133	7.141	201.747	208.888
Total	11.568.033	818.153	12.386.186	6.383.190	474.635	6.857.825

d. Classificação das operações de crédito e cartão de crédito e respectivas provisões para perda por níveis de risco de acordo com modelos internos de avaliação

Nível de Risco	2019			Provisão Total	Índice de cobertura %
	Curso Normal	Curso Anormal	Total		
1	5.271.301	91	5.271.392	(26.558)	-0,50%
2	3.457.914	1.113	3.459.027	(85.678)	-2,48%
3	1.924.321	7.131	1.931.452	(169.394)	-8,77%
4	132.540	13.319	145.859	(30.539)	-20,94%
5	781.957	796.499	1.578.456	(610.335)	-38,67%
Total	11.568.033	818.153	12.386.186	(922.504)	-7,45%

Nível de Risco	2018			Provisão Total	Índice de cobertura %
	Curso Normal	Curso Anormal	Total		
1	2.065.288	7	2.065.295	(14.348)	-0,69%
2	2.284.433	146	2.284.579	(49.344)	-2,16%
3	1.566.160	4.642	1.570.802	(121.079)	-7,71%
4	84.314	8.713	93.027	(25.743)	-27,67%
5	382.995	461.127	844.122	(353.804)	-41,91%
Total	6.383.190	474.635	6.857.825	(564.318)	-8,23%

Para gestão do risco de crédito, a Companhia utiliza modelos internos, considerando a situação econômico-financeira dos clientes e a pontualidade desses no cumprimento com suas obrigações financeiras passadas. O cálculo da provisão pelo modelo interno leva em consideração tais modelos para estimar a perda esperada bem como a probabilidade de que a exposição seja caracterizada como ativo problemático. Abaixo está o detalhamento dos níveis de risco de cada um dos grupos discriminados na tabela acima:

Nível de risco	Probabilidade de inadimplência
1	< 1.0%
2	1.0% a 5.0%
3	5.0% a 20.0%
4	20.0% a 35.0%
5	> 35.0%

e. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2019		2018
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Saldo no início do semestre/exercício	(731.127)	(564.318)	(340.074)
Constituição/(Reversão) de provisão	(398.583)	(767.119)	(486.918)
Créditos baixados para prejuízo	207.206	408.933	262.674
Saldo no final do semestre/exercício	(922.504)	(922.504)	(564.318)

f. Operações renegociadas / recuperadas

O montante das operações renegociadas no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019 totalizaram, respectivamente, R\$216.270 e R\$360.631 (Exercício de 2018 - R\$204.844).

O montante das operações recuperadas no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019 totalizaram, respectivamente, R\$41.448 e R\$74.193 (Exercício de 2018 - R\$52.659).

10. Outros créditos

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Valores a receber de cartão de crédito	12.132.215	6.857.825
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 29)	376.182	213.952
Valores recebidos de cartão de crédito - em processo de liquidação	318.373	111.960
Impostos e contribuições a compensar	173.282	108.177
Rendas a receber	9.213	-
Negociação e intermediação de valores	212	-
Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar	241	-
Diversos	54.217	9.932
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - cartão de crédito (Nota 9e)	(902.394)	(564.318)
Total	<u>12.161.541</u>	<u>6.737.528</u>
Curto Prazo	11.063.381	6.523.576
Longo Prazo	1.098.160	213.952

11. Depósitos

A NuConta, conta de pagamento 100% digital, é um produto da Nu Pagamentos, a qual oferece também a modalidade de depósito em Recibo de Depósito Bancário (RDB) emitido pela Nu Financeira. Tais recursos possuem liquidez diária, com remuneração indexada a 100% do CDI e garantia do Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

Em 31 de dezembro de 2019, o montante de depósitos feitos na conta de pré-pagamento NuConta e na modalidade RDB correspondem a R\$5.334.604 (2018 - R\$2.436.15) e R\$4.094.037 (2018 - R\$0), respectivamente.

12. Recursos de aceites e emissão de títulos

	<u>2019</u>		<u>2018</u>	
	<u>Abaixo de 365</u>	<u>Acima de 365</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Letras de câmbio emitidas	1.306	87.994	89.300	1.212
Letras financeiras emitidas	-	310.588	310.588	-
Total	<u>1.306</u>	<u>398.582</u>	<u>399.888</u>	<u>1.212</u>

Em junho de 2019, a Companhia emitiu letras financeiras no total de R\$300 milhões com vencimento em junho de 2021, indexadas ao certificado de depósito interbancário (CDI).

13. Relações interfinanceiras de liquidez

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Contas a pagar - bandeira do cartão de crédito	11.971.391	6.482.201
Total	<u>11.971.391</u>	<u>6.482.201</u>

14. Obrigações por empréstimos**a. Abertura por vencimento**

	<u>2019</u>			<u>2018</u>	
	<u>Até 3</u>	<u>De 3 a</u>	<u>Acima de</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
	<u>meses</u>	<u>12 meses</u>	<u>12 meses</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Obrigações por empréstimos:					
No país	20.026	117.744	-	137.770	-
No exterior	-	-	249.424	249.424	195.237
Total	<u>20.026</u>	<u>117.744</u>	<u>249.424</u>	<u>387.194</u>	<u>195.237</u>

b. Movimentações dos empréstimos

	<u>31/12/2018</u>		<u>Pagamentos 31/12/2019</u>				
	<u>Saldo</u>		<u>Variação</u>		<u>Saldo</u>		
	<u>inicial</u>	<u>Captação</u>	<u>Juros</u>	<u>Cambial</u>	<u>Principal</u>	<u>Juros</u>	<u>final</u>
Obrigações por empréstimos:							
No país	-	250.000	7.664	-	(115.000)	(4.894)	137.770
No exterior	195.237	249.499	6.731	(3.705)	(193.381)	(4.957)	249.424
Total	<u>195.237</u>	<u>499.499</u>	<u>14.395</u>	<u>(3.705)</u>	<u>(308.381)</u>	<u>(9.851)</u>	<u>387.194</u>

Em 31 de dezembro de 2019, as obrigações por empréstimos no país possuem taxas pós fixadas entre de CDI +1,05% a CDI +1,60% ao ano. As obrigações por empréstimos no exterior são em dólar e possuem taxa pré fixada de 5,00% ao ano (2018 - entre CDI +12,5% e LIBOR +12,5% ao ano).

15. Outras obrigações

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Dívidas subordinadas (Nota 16)	1.425.862	-
Obrigações por cotas de fundo de investimento (i)	684.866	250.758
Provisão para pagamentos a efetuar - fornecedores diversos	268.150	78.927
Instrumentos de dívidas elegíveis a capital (Nota 17)	88.772	-
Fiscais e previdenciárias	84.871	87.391
Provisão para contingências (nota 18)	84.444	55.315
Negociação e intermediação de valores	4.369	-
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	4.188	251
Diversas	24.339	15.661
Total	<u>2.669.861</u>	<u>488.303</u>
Curto prazo	2.581.089	488.303
Longo prazo	88.772	-

(i) As obrigações por cotas de fundos de investimento referem-se às captações realizadas através da securitização de recebíveis de cartão de crédito para o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Nu ("FIDC Nu"), que é consolidado. Em fevereiro de 2019, foi emitida a 3ª série de cotas seniores do FIDC Nu no montante de R\$500 milhões.

16. Dívida subordinada

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Dívida subordinada		
Recibo de depósito bancário - vinculado	1.425.862	-
Total	<u>1.425.862</u>	<u>-</u>

Em novembro de 2019, a Nu Financeira S.A. - SCFI emitiu uma nova modalidade de Recibo de Depósito Bancário Vinculados (RDBV), que são vinculados a títulos públicos (nota 7a), com uma remuneração indexada a 100% do CDI e liquidez diária. Os títulos públicos relacionados ao RDBV geraram uma receita no montante de R\$6.985 (R\$0 em 2018) a qual está registrada na rubrica Resultado de operações com títulos e valores mobiliários na demonstração de resultado.

As despesas com o RDBV estão registradas na rubrica Operações de captação no mercado e correspondem a R\$6.097 no segundo semestre e no exercício de 2019.

17. Instrumentos de dívida elegíveis a capital

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Instrumento de dívida elegível a capital		
Letra financeira autorizada	88.772	-
Total	<u>88.772</u>	<u>-</u>

Em junho de 2019, a Companhia emitiu instrumento de dívida elegível a capital, no montante total de R\$75 milhões, juros fixos, com prazo total de 10 anos e opção de recompra a partir do 5º ano, contendo cláusula de subordinação para compor o Nível II do Patrimônio de Referência, após a aprovação do BACEN ocorrida em setembro de 2019.

As despesas com juros da Letra Financeira somam R\$5.152 no exercício e R\$4.828 no segundo semestre de 2019, enquanto a marcação a mercado equivale a R\$8.620 e R\$5.210 no exercício e segundo semestre de 2019, respectivamente.

18. Contingências

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Civil	1.211	809
Tributário	83.150	54.506
Trabalhista	83	-
Total	<u>84.444</u>	<u>55.315</u>

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo aspectos tributários, cíveis, trabalhistas e de consumo. Esses assuntos estão sendo discutidos nas esferas administrativa e judicial, os quais, quando aplicável, são suportados por depósitos judiciais.

As provisões para perdas prováveis decorrentes desses assuntos são estimadas e ajustadas periodicamente pela administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos externos.

a. Provisões e obrigações legais

As provisões reconhecidas contabilmente estão representadas por ações cíveis de relação de consumo. A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$1.211 (R\$809 em 2018) considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações cíveis e de relação de consumo em curso. A título de obrigação legal, a Companhia registrou o montante de R\$83.150 (R\$54.506 em 2018) referente à majoração da alíquota do PIS e da COFINS (4,65%) incidente sobre a receita financeira estabelecida pelo Decreto 8.426/15. O Nubank deposita judicialmente o valor referente a essa causa e registra na linha de Outros créditos. Em Julho de 2019, a Companhia decidiu desistir do processo e está aguardando a liberação dos depósitos judiciais pela Receita Federal.

b. Movimentação das provisões**Cíveis**

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
	<u>(Reapresentado)</u>	
Saldo inicial	809	367
Constituição	2.931	1.543
Utilização / reversão	(2.529)	(1.101)
Saldo final	1.211	809

Tributárias

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
	<u>(Reapresentado)</u>	
Saldo inicial	54.506	19.126
Constituição	28.644	35.380
Utilização / reversão	-	-
Saldo final	83.150	54.506

c. Contingências possíveis

Existem processos cíveis de relação de consumo e trabalhistas classificados como de perda possível pelos nossos assessores jurídicos no montante de R\$4.887 em 31 de dezembro de 2019 (2018 - R\$1.925) e R\$180 (2018 - R\$2.390), respectivamente.

Com base em nossa avaliação e na opinião de nossos consultores jurídicos externos, não esperamos a ocorrência de perdas no resultado desses processos.

d. Depósitos judiciais

Quando requerido pela Justiça, são efetuados depósitos judiciais, apresentados na rubrica Outros créditos. Em 31 de dezembro de 2019, o montante total de depósitos judiciais é de R\$85.354 (2018 - R\$52.805).

19. Partes relacionadas

Partes relacionadas são os controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares. Não existem benefícios pós emprego tais como pensões e outros benefícios de aposentadoria.

Os saldos de operações com partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
Passivo	251.544	748
Valor a pagar Nu Holdings Ltd. - Controladora	249.424	81
Valor a pagar Nu Finanztechnologie GmbH - Coligada	1.487	667
Valor a pagar - Nu Argentina S.A. - Coligada	633	-
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Resultado	2º semestre	Exercício
	(11.224)	(19.161)
Despesas com serviços de tecnologia Nu Finanztechnologie GmbH - Coligada	(7.274)	(12.012)
Despesas com honorários da administração	(3.950)	(7.149)
	(10.127)	(6.413)
	(3.714)	(3.714)

20. Patrimônio líquido**a. Capital social**

O capital social da Companhia é de R\$1.557.410 (R\$1.368.171 em 2018), e está representado por 157.365.162 ações (131.653.333 em 2018), sem valor nominal, divididas entre 157.199.797 ordinárias (131.487.968 em 2018) e 165.365 preferenciais (165.365 em 2018), subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no país.

Em assembleia geral extraordinária, realizada em 2 de agosto de 2019, foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$189.239 com emissão de 25.711.829 ações ordinárias.

Em assembleia geral extraordinária, realizada em 2 de outubro de 2018, foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$302.720 com emissão de 36.872.107 ações ordinárias.

Em assembleia geral extraordinária, realizada em 8 de março de 2018, foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$478.402 com emissão de 58.270.564 ações ordinárias.

b. Reserva de capital

O Nubank conta com um Plano de Opção de Compra de Ações (Plano de Opção), aprovado na reunião do Conselho de Administração realizada em 5 de julho de 2013, cuja última alteração realizada ocorreu no exercício de 2015, na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 8 de maio de 2015, pela qual são elegíveis a receber opções de compra de ações os colaboradores da Companhia.

Ao final do ano de 2016, a Companhia transferiu o Plano de Opção para a Nu Holdings Ltd., sua controladora indireta. Desde então, as novas outorgas ocorrem na *Holding*, e não mais na Companhia. A Companhia reconheceu despesas relativas às outorgas do Plano de Opção no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019 totalizadas, respectivamente, R\$17.665 e R\$50.171 (2018 - R\$34.137), em contrapartida de reservas de capital no patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo total da reserva de capital era de R\$104.275 (2018 - R\$86.197).

21. Receitas de intermediação financeira

	2019		2018
	2º semestre	Exercício	Exercício (reapresentado)
Resultado de operações de crédito	73.007	108.886	52.659
Rendas com operações de crédito	31.583	34.707	–
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	41.424	74.179	52.659
Resultado com instrumentos financeiros	303.388	472.474	143.645
Rentabilidade de cotas de fundos de investimento	15.283	30.125	26.213
Rendas de aplicações em CDBs e RDBs	6.236	10.810	8.928
Rendas de aplicação em LFT, LTN e NTN	144.498	217.461	78.432
Rendas de aplicação em LAM	–	2.810	11.511
Rendas de operações compromissadas	131.583	199.488	21.660
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	1.449	1.449	–
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	4.339	10.331	(3.099)
Resultado com derivativos	(12.477)	(13.216)	(22.457)
Resultado com swaps	6.199	8.806	–
Resultado com futuro DI	(16.469)	(20.947)	(79)
Resultado com futuro dólar	(2.164)	(1.032)	(22.378)
Resultado com futuro euro	(43)	(43)	–
Total	363.918	568.144	173.847

22. Despesas de intermediação financeira

	2019		2018
	2º semestre	Exercício	Exercício (reapresentado)
Operações de captação no mercado	(83.719)	(90.429)	(1)
Despesa de depósitos a prazo	(59.279)	(59.279)	–
Despesa de aceites cambiais	(2.939)	(5.072)	(1)
Despesa de letras financeiras	(19.992)	(24.520)	–
Despesa de contribuição ao fundo garantidor de créditos	(1.509)	(1.558)	–
Operações de empréstimos e repasses	(8.910)	(15.013)	(69.851)
Despesa de empréstimos	(8.910)	(15.013)	(69.851)
Resultado de operações de câmbio	(3.064)	(5.630)	(27.450)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(398.583)	(767.119)	(486.918)
Total	(494.276)	(878.191)	(584.220)

23. Receita de prestação de serviços

	2019		2018
	2º semestre	Exercício	Exercício (reapresentado)
Receita de intercâmbio	555.202	914.591	481.326
Outras receitas	14.164	18.664	3.081
Total	569.366	933.255	484.407

O montante de receita de prestação de serviços refere-se substancialmente às tarifas de intercâmbio ganhas pela utilização dos cartões de crédito, tanto no Brasil quanto no exterior.

24. Rendas de tarifas bancárias

	2019		2018
	2º semestre	Exercício	Exercício (reapresentado)
Receita de anuidade (Nubank Rewards)	54.159	94.051	51.321
Receita sobre saques	7.213	7.992	–
Total	61.372	102.043	51.321

25. Despesas de pessoal

	2019		2018
	2º semestre	Exercício	Exercício (reapresentado)
Proventos e encargos sociais	(171.441)	(271.784)	(132.837)
Benefícios	(16.235)	(27.722)	(14.473)
Plano de opção de compra de ações	(17.665)	(50.171)	(34.137)
Treinamento	(5.029)	(7.647)	(1.037)
Honorário da administração	(3.950)	(7.149)	(3.714)
Total	(214.320)	(364.473)	(186.198)

26 Outras despesas administrativas

	2019		2018
	2º semestre	Exercício	Exercício (reapresentado)
Despesas com contratação de serviços especializados	(299.826)	(460.089)	(157.338)
Despesas com processamento de dados	(144.509)	(241.675)	(94.931)
Despesas com propaganda e marketing	(92.472)	(148.215)	(17.868)
Despesas com transporte	(62.750)	(100.156)	(34.808)
Outras despesas administrativas	(27.802)	(46.725)	(18.329)
Despesas de escritório	(21.164)	(31.773)	(14.775)
Depreciação e amortização	(3.892)	(7.088)	(3.571)
Total	(652.415)	(1.035.721)	(341.620)

Os custos com contratação de serviços especializados são substancialmente compostos por custos com embossamento e entrega de cartões de crédito.

27. Outras receitas operacionais

	2019		2018
	2º semestre	Exercício	Exercício (reapresentado)
Rendas com CCBs adquiridos	545.887	960.534	535.292
Variação cambial positiva	46.389	76.319	76.590
Outras receitas operacionais	40.277	76.629	29.725
Total	632.553	1.113.482	641.607

28. Outras despesas operacionais

	2019		2018
	2º semestre	Exercício	Exercício (reapresentado)
Despesas com manutenção de contas	(82.473)	(182.857)	(104.398)
Juros sobre contas de pagamento pré-pagas	(164.084)	(272.968)	(63.768)
Perdas operacionais	(70.950)	(110.155)	(46.086)
Despesas de captação - Cota sênior FIDC	(25.234)	(45.269)	(19.308)
Despesas com desconto concedido	(22.728)	(34.221)	(14.600)
Despesas com tarifas bancárias	(9.467)	(12.999)	(3.281)
Despesas com provisão para contingências	(259)	(485)	(441)
Outros	(31.034)	(41.876)	(4.941)
Total	(406.229)	(700.830)	(256.823)

29 Tributos**a. Despesa tributária**

	2019		2018
	2º semestre	Exercício	Exercício (reapresentado)
PIS e COFINS	(101.213)	(169.066)	(86.867)
ISS	(13.260)	(21.722)	(11.103)
Outros	(1.228)	(1.939)	(947)
Total	(115.701)	(192.727)	(98.917)

b. Demonstrativo do cálculo dos valores de imposto de renda e contribuição social

	2019		2018
	2º semestre	Exercício	Exercício (reapresentado)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(255.154)	(453.811)	(116.306)
Encargo total do imposto de renda e contribuição social	102.062	181.525	46.522
Adições/exclusões permanentes	(21.730)	(42.307)	(26.628)
Outros	1.632	1.892	(3.879)
Imposto de renda e contribuição social	81.964	141.110	16.015
Imposto de renda e contribuição social devidos	(5.497)	(18.266)	(58.098)
Tributos diferidos	87.421	159.601	74.113
Tributos diferidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	40	(225)	-
Imposto de renda e contribuição social	81.964	141.110	16.015
Alíquota efetiva	32,1%	31,1%	13,8%

c. Saldo e movimentação de créditos tributários

O ativo e passivo fiscais diferidos, demonstrados no quadro acima, foram constituídos sobre prejuízo fiscal / base negativa da contribuição social sobre lucro líquido e diferenças temporárias conforme demonstrado abaixo na nota explicativa.

	Saldo em 31/12/2019	Constituição / (Realização)	Saldo em 31/12/2018
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	253.847	116.775	137.072
Outras provisões passivas	93.485	44.818	48.667
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	8.774	8.774	-
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	356.106	170.367	185.739
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	20.076	(8.137)	28.213
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo	376.182	162.230	213.952
Marcação a Mercado	2.814	2.814	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo	2.814	2.814	-
Marcação a Mercado	40	40	-
Refletido no patrimônio líquido	40	40	-
Total	373.328	159.376	213.952
	Saldo em 31/12/2019	Constituição / (Realização)	Saldo em 30/06/2019
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	253.847	54.721	199.126
Outras provisões passivas	93.485	33.607	59.878
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	8.774	7.410	1.364
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	356.106	95.738	260.368
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	20.076	(5.214)	25.290
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo	376.182	90.524	285.658
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	2.814	2.758	56
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo	2.814	2.758	56
Marcação a Mercado	40	305	(265)
Refletido no patrimônio líquido	40	305	(265)
Total	373.328	87.461	285.867

O ativo fiscal diferido demonstrado no quadro acima contabilizado em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$ 376.182 (R\$ 213.952 em 2018), foi constituído sobre prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido e diferenças temporárias.

O valor presente dos créditos tributários contabilizados em 31 de dezembro de 2019 é de R\$342.913.

d. Realização do crédito tributário

Período	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2020	176.067	105.640	281.707
2021	45.711	27.426	73.137
Após 2021	12.661	8.677	21.338
Total	234.439	141.743	376.182

30. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2019, a apólice mais relevante do Nubank estava relacionada a cobertura de danos materiais no valor total de R\$174,6 milhões e os principais riscos cobertos eram de incêndio, queda de raio e explosão, danos elétricos.

31. Gerenciamento de riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos do Nubank é apropriada para seu porte e a complexidade de seus negócios, o que permite o acompanhamento, monitoramento e controle dos riscos aos quais está exposto.

O Nubank prioriza os riscos que têm um impacto material em seus objetivos estratégicos. A estrutura de gerenciamento de riscos realiza a identificação e avaliação de riscos com o objetivo de selecionar os riscos que são chaves para buscar oportunidades potenciais e/ou que podem impedir a criação,

preservação e realização de valor, ou que podem corroer o valor já existente, com a possibilidade de haver impactos nos resultados, capital, liquidez e reputação.

O processo de gerenciamento de riscos permeia toda a Companhia, estando alinhado às diretrizes da administração e dos executivos, que, por meio de comitês e outras reuniões internas, definem os objetivos da Companhia, incluindo o apetite ao risco. Por outro lado, as unidades de controle e gerenciamento de capital fornecem suporte à administração por meio de processos de monitoramento e análise de risco e capital.

Nubank considera que uma declaração de apetite ao risco (RAS) é um instrumento essencial para apoiar o gerenciamento de riscos e a tomada de decisão. Portanto, seu desenvolvimento está alinhado ao plano de negócios, desenvolvimento da estratégia e capital da Companhia. O Nubank implementou um RAS que prioriza os principais riscos e, para cada um desses riscos, foram implementadas declarações qualitativas e medidas quantitativas expressas em relação a ganhos, capital, mensuração de risco, liquidez e outras medidas relevantes, conforme apropriado.

A estrutura de gerenciamento de riscos do Nubank permeia a Companhia como um todo, permitindo que os riscos inerentes sejam adequadamente identificados, medidos, mitigados, rastreados e relatados para apoiar o desenvolvimento de suas atividades. Assim, a Administração do Nubank adota o modelo de três linhas de defesa, como segue:

- **Primeira linha de defesa:** funções ou atividades de negócios que geram exposição a um risco, cujos gerentes são responsáveis por sua administração de acordo com políticas, limites e outras condições definidas e aprovadas pelos Diretores Executivos. A primeira linha de defesa deve ter os meios para identificar, medir, tratar e relatar os riscos assumidos.
- **Segunda linha de defesa:** consiste nas áreas de gerenciamento de riscos, controles internos e *compliance*. Garante um controle eficaz dos riscos e garante que os riscos sejam gerenciados de acordo com o nível de apetite definido. É responsável por propor políticas de gerenciamento de riscos, desenvolver modelos, metodologias e supervisionar a primeira linha de defesa.
- **Terceira linha de defesa:** composta pela auditoria interna, é responsável por avaliar periodicamente de forma independente se as políticas, métodos e procedimentos são apropriados, além de provar sua efetiva implementação.

Outro elemento importante da estrutura de gerenciamento de risco do Nubank é a estrutura de comitês e fóruns técnicos. Esses órgãos de governança são projetados para acompanhar e tomar decisões sobre aspectos associados à administração e controle da Companhia. Os principais comitês e fóruns estão descritos abaixo:

- **Comitê de Riscos:** seu objetivo é assessorar o *Chief Executive Officer* (CEO) e outros diretores no desempenho de suas funções de gerenciamento e controle de riscos, monitorando o nível de exposição a riscos de acordo com a RAS. Também visa adotar estratégias, políticas e medidas destinadas a disseminar a cultura de controles internos e mitigação de riscos aplicáveis ao Nubank. Ocorre mensalmente e seus membros obrigatórios são o CEO, o *Chief Risk Officer* (CRO) e um membro não executivo independente.
- **Comitê de Crédito:** tem como objetivo apresentar, discutir e aprovar mudanças nas políticas de crédito, considerando desempenho histórico e cenários futuros. Ocorre mensalmente e seus membros obrigatórios são o Diretor de Crédito e o CRO.
- **Reunião de Auditoria:** seu principal objetivo é avaliar o desempenho da Auditoria Interna e da Auditoria Externa, bem como avaliar e opinar sobre as demonstrações financeiras. Ocorre a cada três meses e seus membros obrigatórios são o Diretor da Auditoria Interna, o CFO e o CRO.
- **Fóruns Técnicos:** reuniões regulares para discutir e propor recomendações ao Comitê de Riscos. Cada um dos tópicos a seguir possui seu próprio fórum técnico, com a participação de executivos de áreas associadas: Controladoria, Risco Operacional e Controles Internos, Gerenciamento de Ativos e Passivos / Riscos de Capital, Crédito e Tecnologia da Informação (TI), Proteção de Dados, *Compliance* para Fraudes e Combate à Lavagem de Dinheiro (AML). Cada Fórum Técnico ocorre mensalmente.

Os riscos que monitoramos ativamente ao longo de 2019 incluem crédito, mercado, liquidez, operacional, tecnologia da informação e capital. O gerenciamento desses riscos é realizado através do modelo de três linhas de defesa e considerando políticas, procedimentos em vigor, bem como os limites e fatores da Declaração de Apetite ao Risco.

a. Risco de crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de perdas associadas a: falha de clientes ou contrapartes no pagamento de suas obrigações contratuais; a depreciação ou redução dos ganhos

esperados dos instrumentos financeiros devido à deterioração da qualidade de crédito de clientes ou contrapartes; os custos de recuperação da exposição deteriorada; e a qualquer vantagem dada a clientes ou contrapartes devido à sua deterioração da qualidade de crédito.

Há uma estrutura de controle e gerenciamento de risco de crédito, independente das unidades de negócios, responsável pelos processos e ferramentas para medir, monitorar, controlar e reportar o risco de crédito de todos os produtos, verificando continuamente a aderência às políticas e estrutura de limites aprovadas. Há também uma avaliação dos possíveis impactos de possíveis mudanças no ambiente econômico, a fim de garantir que nossa carteira de crédito seja resistente a crises econômicas.

As decisões de risco de crédito são tomadas na estrutura de comitês e fóruns técnicos, com o envolvimento da primeira e segunda linhas de defesa. Para o processo de tomada de decisão, são apresentadas e analisadas as informações decorrentes do desempenho histórico e dos modelos preditivos internos que analisam e pontuam clientes existentes e potenciais com base em seu perfil de rentabilidade e risco de crédito.

O comportamento dos clientes com atrasos no pagamento é rastreado e monitorado, para melhorar constantemente as políticas e a abordagem na cobrança de dívidas. O Nubank possui políticas de cobrança para maximizar o valor recuperado. As estratégias de coleta dependem dos perfis dos clientes e das pontuações do modelo.

b. Risco de mercado e risco de taxa de juros na carteira bancária (IRRBB)

Risco de mercado é definido como o risco de perdas decorrentes de movimentos nos preços de mercado, incluindo os fatores de risco: taxas de juros, ações, taxas de câmbio e *commodities*. IRRBB refere-se ao risco atual ou prospectivo para o capital de banco e ganhos decorrentes de movimentos adversos nas taxas de juros que afetam as posições da carteira bancária.

O Nubank possui uma estrutura de controle e gerenciamento de risco de mercado e IRRBB, independente das unidades de negócios, responsável pelos processos e ferramentas para medir, monitorar, controlar e reportar o risco de mercado e o IRRBB, verificando continuamente a aderência às políticas e limites aprovados. O Nubank adota uma variedade de métricas de risco de mercado e IRRBB, incluindo sensibilidade a taxas de juros, sensibilidades de EVE (valor econômico do patrimônio) e VaR (valor em risco).

Os resultados são reportados ao Fórum Técnico de Ativos e Passivos e ao Comitê de Riscos. A Administração está autorizada a utilizar instrumentos financeiros, conforme descrito em nossas políticas internas para proteger o risco de mercado e as exposições ao IRRBB.

c. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de o Nubank não ser capaz de cumprir com eficiência suas obrigações esperadas e inesperadas, atuais e futuras, incluindo as decorrentes de colateralização, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como a possibilidade do Nubank não conseguir negociar uma posição a preço de mercado devido ao seu grande volume normalmente negociado ou devido a alguma descontinuidade no mercado.

Existe uma estrutura de controle e gerenciamento de risco de liquidez, independente das unidades de negócios, responsável pelos processos e ferramentas para mensurar, monitorar, controlar e reportar o risco de liquidez, verificando continuamente a aderência às políticas e estrutura de limites aprovadas.

Existe uma política de caixa mínimo em vigor para gerenciar o risco de liquidez e ele foi projetado manter recursos de liquidez suficientes em quantidade e qualidade e perfil de financiamento adequado para atender ao apetite ao risco de liquidez expresso pelo Nubank com base em métricas de liquidez internas e regulatórias.

Os resultados são reportados ao Fórum Técnico de Ativos e Passivos e ao Comitê de Riscos.

d. Risco operacional

Risco operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, fraqueza ou inadequação de processos, pessoas ou sistemas internos. Inclui a esta definição o risco legal associado à inadequação ou deficiência nos contratos firmados pela Companhia e multas por não cumprimento das disposições legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes de atividades realizadas.

O Nubank uma estrutura de risco operacional e controles internos responsável pela identificação e avaliação dos riscos operacionais, bem como pela avaliação do design e da eficácia da estrutura de controles internos. Essa estrutura também é responsável pela preparação e teste periódico do plano de continuidade de negócios e por coordenar a avaliação de riscos em lançamentos de novos

produtos e mudanças significativas nos processos existentes.

Dentro da governança do processo de gerenciamento de riscos, são apresentados mecanismos para identificar, medir, avaliar, monitorar e relatar eventos de risco operacional a cada área de negócios (primeira linha de defesa), além de disseminar a cultura de controle para outros colaboradores internamente. Os principais resultados das avaliações de risco são apresentados nos Fóruns Técnicos de Riscos Operacionais e Controles Internos e no Comitê de Riscos. As recomendações de melhoria aplicáveis resultam em planos de ação com prazos e responsabilidades planejados.

e. Risco de tecnologia da informação (TI)

Risco de TI é definido como os efeitos indesejáveis decorrentes de uma série de ameaças possíveis à infraestrutura de tecnologia da informação, incluindo segurança cibernética (ocorrência de incidentes de segurança da informação), gerenciamento de incidentes (processo ineficaz de gerenciamento de incidentes/problemas, impacto nos níveis de serviço, custos e insatisfação do cliente), gerenciamento de dados (falta de conformidade com as leis de privacidade de dados ou lacunas na governança de gerenciamento de dados ou problemas de vazamento de dados), entre outros.

O Nubank possui uma estrutura de Riscos de TI, responsável por identificar, avaliar, mensurar, monitorar, controlar e relatar os riscos de Tecnologia da Informação em relação aos níveis de apetite por risco aprovados pela Diretoria.

Os resultados das avaliações de riscos e controles de TI são discutidos regularmente no Fórum Técnico de Riscos de TI e apresentados ao Comitê de Riscos. As recomendações de melhoria aplicáveis resultam em planos de ação com prazos e responsabilidades planejados.

f. Gestão de capital

O Nubank implementou uma estrutura de gerenciamento de capital com o objetivo de manter um nível de capital superior aos requisitos mínimos regulatórios.

O objetivo do gerenciamento de capital é estimar os requisitos futuros de capital regulatório com base nas projeções de crescimento do Nubank, exposição a riscos, movimentos de mercado e outras informações relevantes. Além disso, a estrutura de gerenciamento de capital é responsável por identificar as fontes de capital, elaborar e enviar o plano de capital para aprovação e monitorar o nível atual dos índices de capital regulatório.

No nível executivo, o Fórum Técnico de ALM e Capital é responsável por aprovar as metodologias de avaliação de risco e cálculo de capital, além de revisar, monitorar e recomendar planos de ação relacionados ao capital para o Comitê de Risco.

O gerenciamento de capital da Nu Pagamentos tem como objetivo prever o capital necessário para suportar o crescimento da Companhia e planejar as fontes adicionais de capital, de forma a manter, permanentemente, montantes de patrimônio líquido em valores superiores aos requerimentos mínimos estabelecidos na Circular 3.681/13 do Banco Central do Brasil.

A Companhia mantém, permanentemente, patrimônio líquido ajustado pelas contas de resultado em valor correspondente a, no mínimo, o maior valor entre: i) 2% da média mensal das transações de pagamento executadas pela Companhia nos últimos 12 (doze) meses; ou ii) 2% do saldo das moedas eletrônicas emitidas pela Companhia, apurado diariamente.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Patrimônio Líquido Ajustado	1.001.842	1.075.194
Maior valor	5.682.292	3.144.258
Média mensal das transações de pagamento	5.638.599	3.144.258
Saldo de moedas eletrônicas emitidas	5.682.292	2.460.428
Índice de requerimento de capital	17,6%	34,2%

Adicionalmente, para atender aos requisitos regulatórios, a controlada Nu Financeira precisa apresentar um nível mínimo de capital, considerando os índices Índice de Adequação de Capital ("CAR") e Nível 1 de Capital Próprio ("CET1").

A tabela a seguir mostra o cálculo dos índices de capital e seu requisito mínimo para as pessoas jurídicas do Nubank exigidas pela regulamentação atual no Brasil:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Patrimônio de Referência (PR)	186.202	76.288
Nível I	106.050	76.288
Capital Principal	106.050	76.288
Nível II	80.152	-
Ativos ponderados ao Risco (RWA)	518.222	88.957
Risco de Crédito (RWA CPAD)	450.913	455
Risco de Mercado (RWA MPAD)	-	-
Risco Operacional (RWA OPAD)	67.309	88.501
PR Mínimo Requerido	54.413	9.340
Margem PR	131.789	66.948
Índice de Basileia	35,9%	85,8%
RBAN - Capital Requerido	19.740	-
Margem PR considerando RBAN	112.049	66.948

32. Outras informações

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa apresentado nas demonstrações dos fluxos de caixa estão constituídos por:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Disponibilidade	570.765	284.364
Letras de arrendamento mercantil - LAM	-	254.242
Certificados de depósitos bancários - CDB pós fixados	253.802	143.464
Aplicações financeiras - operações compromissadas	3.268.283	687.993
Total	4.092.850	1.370.063

